

CULTURA POLÍTICA, DEMOCRACIA E O PERFIL DO ELEITOR NÃO PETISTA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS (2002-2014)

POLITICAL CULTURE, DEMOCRACY AND THE PROFILE OF THE “NO-PT” ELECTOR IN THE BRAZILIAN PRESIDENTIAL ELECTIONS (2002-2014)

Palloma Ingrid D'arc Bandeira Ayres¹

Bruno Mello Souza²

RESUMO

O presente artigo procura entender o comportamento do eleitorado brasileiro analisando as disposições que levam eleitores a adotarem o voto não petista nas eleições presidenciais, entre os anos de 2002 e 2014, utilizando para isso dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Unicamp. Buscou-se examinar variáveis de escolaridade, representatividade dos partidos, renda, avaliação do governo federal, percepção sobre a economia do país, satisfação com o combate à criminalidade, satisfação com a democracia, avaliação dos partidos políticos e seus possíveis impactos sobre a escolha por candidaturas não petistas nos pleitos presidenciais. Para isso, tais variáveis foram examinadas descritiva e inferencialmente, por meio de um modelo de regressão logística. Os resultados do modelo adotado sugerem que se deve prestar maior atenção às variáveis de escolaridade, renda, avaliação do governo federal, percepção da situação econômica do país, e satisfação com a democracia como elementos importantes para a compreensão do perfil deste eleitor.

Palavras-chave: Democracia. Cultura Política. Opinião Pública. Eleições. Brasil.

ABSTRACT

This article seeks to understand the behavior of the Brazilian electorate by analyzing the inclinations that make electors not to vote for the PT in the presidential elections between 2002 and 2014. The study uses the Brazilian Electoral Study (Estudo Eleitoral Brasileiro-ESEB) data of the Public Opinion Studies Center (Centro de Estudos de Opinião Pública- CESOP- UNICAMP). The variables examined are schooling, representativeness of the parties, income, evaluation of the federal government, perception of the country's economy, satisfaction with the fight against crime, satisfaction with democracy, evaluation of political parties and the possible impacts on the choice of candidacies from parties other than the PT. In order to achieve the goal, the variables were descriptively and inferentially examined by a logistic regression model. The results of the model used suggest that more attention should be paid to the variables of schooling, income, evaluation of the federal government, perception of the country's economy and satisfaction with democracy as important elements to understand the profile of this elector.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Piauí.

² Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí.

Keywords: Democracy. Political Culture. Public Opinion. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Após o fim do regime militar (1985), o Brasil volta a se tornar uma democracia formalizada, com regras e procedimentos que regularizam um regime democrático, como eleições regulares e transparentes e pluralismo (BAQUERO 2016). Todavia, mesmo sob um regime democrático, ao longo dos anos o eleitor brasileiro, em boa medida, não se sente representado pelos partidos políticos, como sugerem dados de opinião pública de diversas fontes (LATINOBARÔMETRO, 2018; WORLD VALUES SURVEY, 2015; ESEB, 2014). Uma das explicações para esse tipo de fenômeno remeteria à necessidade de estabelecer uma confiança, pautada por conexões entre os sujeitos e as instituições que os representam, para que dessa forma, seja elevada a legitimidade do governo democrático de direito (MISHLER; ROSE, 2001). É importante destacar também que esse sentimento do sujeito em relação à falta de representatividade e desconfiança com o Estado democrático, pode fazer emergir um novo tipo de governo, por vezes até não democrático (POWER; JAMISON, 2005).

No Brasil, trinta anos após a redemocratização que ocorreu por volta de 1985, após o fim da ditadura Civil/Militar, percebe-se que uma parte do eleitorado se mostra insatisfeita com a democracia, descrente com partidos políticos, não confiante nas instituições democráticas de forma geral (BAQUERO; CASTRO; RANINCHESKI, 2016), e pouco satisfeita com o combate à criminalidade no país (GOMES e AQUINO, 2018). Neste artigo, adota-se a abordagem da cultura política (ALMOND; VERBA, 1965), partindo do princípio de que as opiniões, crenças e percepções a respeito do regime político e de suas instituições possuem repercussões nas formas como os cenários políticos se desenham. Desse modo, o presente artigo procura analisar algumas das características do eleitorado brasileiro, verificando as disposições que levam eleitores a adotarem o voto não petista nas eleições presidenciais, entre os anos de 2002 e 2014, utilizando para isso dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Unicamp. Pretende-se examinar variáveis de escolaridade, representatividade dos partidos, renda, avaliação do governo federal, satisfação com o combate à criminalidade, percepção sobre a situação econômica do país, satisfação com a democracia e por fim, avaliação dos partidos políticos e seus possíveis impactos sobre a escolha por candidaturas não petistas nos pleitos presidenciais. Para isso, essas variáveis serão examinadas descritiva e inferencialmente, por meio de um modelo de regressão logística. Com isso, entendemos que podemos encontrar importantes indícios na busca por explicações acerca do

contexto que levou à eleição, em 2018, de um candidato de extrema-direita, com forte discurso antipetista e mesmo anti-institucional, como Jair Bolsonaro, a despeito de seu partido não possuir, até a referida eleição, estrutura comparável à dos maiores partidos do país, e sequer se constituir como um partido tradicional nas disputas presidenciais brasileiras. Desse modo, o estudo foca-se na verificação do perfil do eleitor brasileiro que se predispõe a votar em candidaturas não petistas³ de acordo com as variáveis supracitadas. A próxima seção deste artigo estabelece em linhas gerais a conceituação de cultura política e um mapeamento de alguns dos principais estudos que trabalharam a opinião pública na compreensão do funcionamento da democracia. Em seguida, apresenta-se uma visão panorâmica dos pleitos presidenciais no país após a reabertura democrática, oferecendo uma contextualização do cenário analisado, para então trazer os dados do ESEB, mostrando descritivamente as características do eleitorado de candidatos de direita entre 2002 e 2014 e examinando por meio de um modelo de regressão logística os impactos dessas variáveis sobre a escolha destes, utilizando como base o ano de 2014. Finalmente, são apresentadas as conclusões deste artigo.

2 A BASE TEÓRICA DOS ESTUDOS DE CULTURA POLÍTICA

Com o fim da II Guerra Mundial, o mundo encontra-se abalado a respeito da crença na inevitabilidade da democracia. Fenômenos autoritários de massa como o Fascismo, o Nazismo e o Comunismo fazem com que a Ciência Política volte seus olhares para como as pessoas se relacionam com política e suas instituições a partir de suas crenças, valores, atitudes e comportamentos. Gabriel Almond e Sidney Verba (1963), são os autores seminais que trabalham o conceito de cultura política, como uma forma de processo pelo qual as orientações e atitudes das pessoas são formadas em relação ao sistema político e suas instituições. Os autores estabelecem um ponto de vista a partir do qual cultura política analisa as perspectivas e ângulos que os sujeitos desenvolvem diretamente com a política, quando ingressam em contextos de assuntos políticos. A preocupação destes estudiosos estava ligada, sobretudo, à estabilidade da democracia e às condições culturais para tal estabilidade. “O termo ‘cultura política’ refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema

³ Existe uma dificuldade em operacionalizar os conceitos de direita e esquerda a partir do voto nos partidos políticos. Krause, Dantas e Miguel (2010) estabeleceram uma definição dos partidos a partir da literatura. Contudo, pela definição destes autores, o PSDB, por exemplo, está colocado como um partido de centro- porém, o partido sempre captou uma quantidade considerável de votantes mais alinhados à direita ao longo dos últimos anos. Dadas estas dificuldades operacionais, optou-se por trabalhar com um recorte mais objetivo, captando os eleitores que afirmaram não ter votado no PT nas eleições presidenciais, ainda que com a consciência metodológica de que essa categoria não é homogênea e guarda diferenças significativas em seu interior.

político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública” (ALMOND; VERBA, 1989, p. 12).

Os autores destacam também que a cultura política possui relação direta com acontecimentos que formam a história de um país, que geram características e pré-disposições do sujeito com a política. No Brasil, a ditadura civil/militar (1964 a 1985) e o modelo de transição são exemplos disso: uma série de autores têm se debruçado a explicar e examinar os legados autoritários na cultura política do Brasil e de outros países, a fim de verificar o que restou de autoritarismo no âmbito das atitudes e comportamentos dos cidadãos (MORLINO, 2013; AUTOR, 2015).

Almond e Verba (1965), procuram classificar as orientações políticas do sujeito em três tipos: (a) cognitivas, (b) afetivas e (c) avaliativas. As orientações *cognitivas* são aquelas alusivas aos conhecimentos e às crenças dos indivíduos a respeito dos objetos políticos; as orientações de cunho *afetivo* refletem os sentimentos de ligação e envolvimento que os agentes partilham em relação a tais objetos; já as orientações *avaliativas*, são uma combinação dos dois primeiros tipos, desembocando em julgamentos e opiniões em relação à política (ALMOND; VERBA, 1965).

Os autores também observam sobre uma “autoestima política” ou uma “autoavaliação política”, que trata diretamente sobre a importância que cada sujeito acredita ter no cenário político; quanto maior a autoestima, mais os cidadãos apresentam interesse e vontade de participar da política (ALMOND; VERBA, 1965). É interessante observar que isso indica uma inclusão do eleitor na esfera política, quando o sujeito ganha voz ativa, sente-se mais engajado politicamente, causando um certo impacto em termos de cobrança de tais resultados e soluções do Estado. E não menos importante, destaca-se também, que o sujeito se sente capaz de mudar, por meio da política, o seu futuro e de outros. Isso reforça o que já foi referido acima, cultura política trata-se da observação do sujeito, essa vontade de participar democraticamente da política, fazendo o seu papel de eleitor e cobrando resultados junto às esferas democráticas.

Paroquial, sujeita e participante são as três categorias que Almond e Verba (1965), utilizam para conceitualizar cultura política. A *paroquial* é aquela na qual os cidadãos apresentam pouco ou nenhum conhecimento em relação aos objetos da esfera política, fato que surge como obstáculo para a formação de sentimentos ou julgamentos em relação aos mesmos. Esse tipo de cultura política caracteriza-se por desconhecimento em relação ao funcionamento das engrenagens do sistema político, e pode ser examinado, por exemplo, quando os indivíduos não apresentam opiniões consistentes acerca do regime político vigente, sobre os partidos, seus líderes e governantes, limitando-se a se preocupar com seus problemas mais próximos e

imediatos. A segunda categoria, *sujeita*, significa que o indivíduo apresenta níveis mais sofisticados do ponto de vista cognitivo a respeito da política, mas não possuem o mesmo nível de conhecimento e interesse sobre os mecanismos pelos quais podem satisfazer suas demandas, ficando assim, sujeitos ao poder instituído, entendido, dessa maneira, como soberano absoluto. O terceiro e último tipo, trata basicamente do sujeito que é dotado de conhecimento e orientações sobre o sistema político, como um todo. E adotam com isso, uma postura do sujeito político, uma postura ativa pelo fato de possuírem um bom nível de entendimento político e a articulação necessária para incidir efetivamente na esfera política, com vistas a satisfazer determinadas demandas.

Trazendo para o contexto brasileiro, os estudos de Almond e Verba nortearam o cientista político brasileiro José Álvaro Moisés (1995), a examinar a consolidação da democracia no caso brasileiro. Moisés ao fazer essa análise, afirmou que uma transição de uma ditadura militar para uma redemocratização, não nos deixa claro o que pode vir pela frente, abrindo-se espaços para vários caminhos políticos, sejam eles democráticos ou não. O autor também destaca em seus estudos que a cultura política pode ser mobilizada para entender por que um regime político, seja ele democrático ou não, se consolida, ganha força e continuidade ao longo do tempo e se estabiliza (MOISÉS, 1995). Autores como Baquero e González (2011) afirmam que uma forma de compreender o processo de internalização de valores democráticos como eixo de estabilização do regime pode estar relacionado aos contextos eleitorais vivenciados pelo país. Este artigo também remete diretamente ao tema eleitoral, ao se propor a verificar o comportamento dos eleitores dos partidos de direita ao longo dos últimos anos no âmbito dos pleitos presidenciais. Por isso, torna-se fundamental contextualizar as eleições presidenciais no Brasil, desde o processo de redemocratização, para que se possa compreender o cenário no qual formam-se as atitudes e comportamentos dos eleitores brasileiros.

3 CONTEXTUALIZANDO AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS (1989 A 2018)

No Brasil, em outubro de 1989 acontecia a primeira eleição direta após a redemocratização. Fernando Collor de Mello é eleito o mais novo presidente da República com o total de 53,03% dos votos válidos derrotando no segundo turno, o candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que ficou em segundo lugar com 46,97% dos votos válidos (GAZETA DO POVO, 2018). Em 1992, Collor foi afastado da presidência da República, em decorrência da abertura de um processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. Renunciou ao cargo no dia 29 de dezembro de 1992. Partindo de ideias neoliberais, procurando deixar o Estado livre,

pouco competitivo, a valorização do cruzeiro (moeda da época) acima do dólar (moeda americana), levaria à redução das exportações e a diminuição das vendas no mercado interno. Diante disso, anunciou-se, uma recessão econômica com a queda da produção industrial do país, a expansão do desemprego e a redução do PIB de 453 bilhões de dólares, em 1989, para 433 bilhões em 1990 (ARQUIVO NACIONAL, 2009).

Com o afastamento de Fernando Collor, seu vice-presidente Itamar Franco assume como presidente da República, tendo como desafios a manutenção da ordem democrática e a superação nos vastos problemas econômicos do país. Em julho, foi lançado o Cruzeiro Real, em dezembro o governo, por meio do Ministério da Fazenda liderado por Fernando Henrique Cardoso, lança o Plano de Estabilização Econômica que buscava, entre várias medidas, preparar a economia para uma nova moeda em circulação, o Real, antecedida pela adoção da Unidade Real de Valor (URV) que passou a vigorar, a partir de 1º de março de 1994 (ARQUIVO NACIONAL, 2009). O Plano Real permitiu estabilização econômica e acabou sendo fator-chave na eleição daquele ano (RUBIM; COLLING, 2005).

Auxiliado pelo êxito do Real, Fernando Henrique candidatou-se à presidência da República pela coligação PSDB/PFL/PTB, elegeu-se no primeiro turno eleitoral em 3 de outubro de 1994, tendo obtido 54,28% dos votos válidos (GAZETA DO POVO, 2018). Reelegeu-se presidente da República em 1998. Com o impacto da nova moeda (Real), um dos maiores desafios do governo passou a ser manter a estabilidade da moeda e ao mesmo tempo, promover o crescimento da economia (ARQUIVO NACIONAL, 2009).

Em julho de 1997, foi aprovada no Senado a lei que permitia a reeleição para mandatos no âmbito federal, estadual e municipal. O então presidente Fernando Henrique, candidatou-se para a reeleição e foi eleito mais uma vez com 53,06% dos votos válidos (TSE, 2020), ganhando mais uma vez do candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em outubro de 2002, aconteceram novas eleições para presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores concorre à presidência mais uma vez, dessa vez tendo como principal oponente, o candidato José Serra (PSDB). O petista vence a disputa política no segundo turno com 53 milhões de votos (61% dos votos válidos) (TSE, 2020). Lula toma posse como o terceiro presidente eleito após o fim da ditadura militar. Em 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito com 58.295.042 votos, repetindo a disputa com o PSDB, agora representado por Geraldo Alckmin. Neste pleito, que ainda reverberava o escândalo do Mensalão, de 2005, Lula adotou uma imagem de “pai dos pobres”, enfatizando programas como o Bolsa Família (BORBA, 2015) e aproveitou a popularidade obtida para relegar seu partido a um segundo

plano, fazendo uma campanha mais personalista, que lhe rendeu frutos eleitorais importantes, que desembocaram em sua reeleição (BAQUERO, 2007).

O Partido dos Trabalhadores (PT) consegue mais uma eleição com a candidata Dilma Vana Rousseff em 2010. Dilma torna-se a primeira presidente mulher da história do país. Ex-guerrilheira, foi eleita com 54,24% dos votos válidos, com José Serra (PSDB) ficando em segundo lugar (GAZETA DO POVO, 2018).

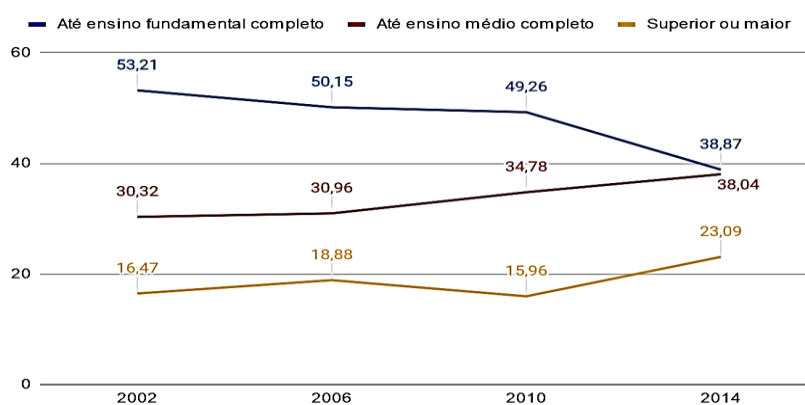
Em 2014, o cenário eleitoral sofreu um forte abalo quando, no dia 13 de agosto, caía na cidade de Santos o avião do candidato Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), vitimando fatalmente o ex-governador do estado de Pernambuco. Com o trágico acontecimento, a vice Marina Silva assumiu a ponta da chapa. Sua candidatura, na esteira da comoção com a morte de Campos, decolou, e Marina Silva despontou como favorita a disputar, com vantagens, o segundo turno com a candidata à reeleição, Dilma Rousseff. No entanto, a ascensão de Marina “(...) não resistiria às asperezas da campanha e às demandas da realpolitik que jurava combater” (AMARAL; RIBEIRO, 2015, p. 110). Tais asperezas e demandas tornam-se ainda mais pesadas à medida que os recursos financeiros e de estrutura partidária do PSB de Marina em relação ao PSDB de Aécio Neves e ao PT de Dilma Rousseff eram bastante limitados. Deste modo, mais uma vez desenhou-se a já histórica disputa PT/PSDB no segundo turno. Em disputa extremamente acirrada, abriu-se o caminho para a reeleição de Dilma Rousseff e do PT, com 51,64% dos votos válidos (GAZETA DO POVO, 2018). Essa situação de acirramento e polarização política teria fortes repercussões posteriores, com o impeachment de Dilma em 2016, deixando o cargo com seu vice, Michel Temer, do MDB (TATAGIBA; GALVÃO, 2019).

No ano de 2018, por fim, a polarização política se reconfigura com a ascensão de uma candidatura de extrema-direita, protagonizada por Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal. Bolsonaro apoiou sua campanha na sensação de medo por parte da população, com um discurso de combate duro à criminalidade e à corrupção, colocando-se como um representante antissistema. Desse modo, o candidato do PSL buscou atrair a fatia da população que demonstrava altos níveis de insatisfação com as instituições (LATINOBARÔMETRO, 2018) e temores no que concerne ao estado da segurança pública (GOMES; AQUINO, 2018), e acabou superando o petista Fernando Haddad no segundo turno, com 55,13% dos votos válidos (GAZETA DO POVO, 2020). Dada esta breve contextualização das eleições presidenciais brasileiras, torna-se importante examinar como, ao longo dos últimos anos, o eleitorado não petista tem se comportado nas eleições presidenciais. Os dados utilizados são os disponibilizados pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), e são relativos ao período de 2002 a 2014.

4 CARACTERÍSTICAS DO ELEITORADO PETISTA ENTRE 2002 E 2014

Nesta seção, busca-se apresentar os dados do eleitorado não petista durante o período de 2002 a 2014, com o intuito de fazer uma caracterização deste eleitorado, ainda que considerando a existência de certas heterogeneidades no interior deste grupo, como anteriormente mencionado. A partir desta análise, buscam-se elementos que possam servir de pistas para a compreensão do atual momento político do país, em que grande parcela desse eleitorado não petista direcionou para eleger Jair Bolsonaro, um político de extrema direita, como Presidente da República em 2018. Os dados ora utilizados são do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP/UNICAMP)⁴. Serão verificadas variáveis de escolaridade, representatividade dos partidos, renda, avaliação do governo federal, satisfação com o combate à criminalidade, satisfação com a democracia e por fim, avaliação dos partidos políticos e seus possíveis impactos sobre a escolha por candidaturas não petistas nos pleitos presidenciais. O primeiro gráfico refere-se à escolaridade dos eleitores que não votaram no PT entre 2002 e 2014.

Gráfico 1- Escolaridade dos eleitores não petistas (%)



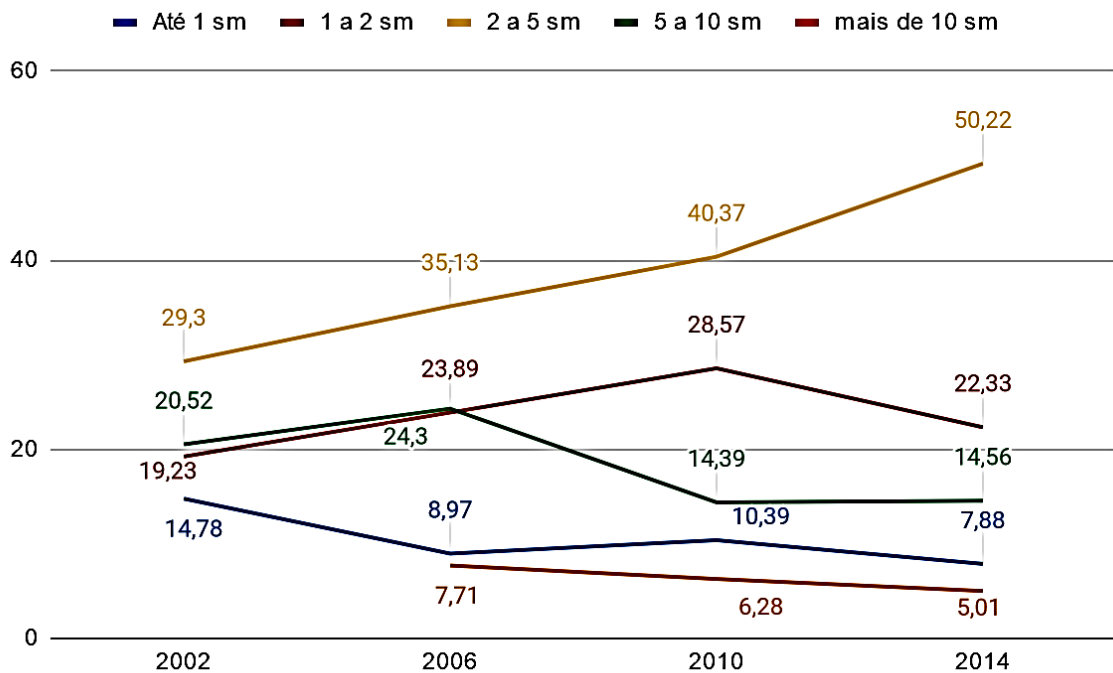
Fonte: ESEB (2002-2014)

É possível constatar que ocorre ao longo dos anos um declínio nos percentuais de escolaridade mais baixa entre os eleitores não petistas, ao passo que ocorre um crescimento do percentual daqueles com ensino médio e ensino superior. O aumento destes percentuais indica que há a tendência de maior escolarização desta fatia do eleitorado com o passar do tempo. Do

⁴ As amostras da pesquisa foram de 2512 entrevistados em 2002; 1000 entrevistados em 2006; 2000 entrevistados em 2010 e 2506 entrevistados em 2014.

ponto de vista estatístico, a significância de valor 0,000 com Exp (B) 1,43⁵ confirma a relação de causalidade postulada no modelo no ano de 2014: o aumento da escolaridade aumenta as probabilidades de voto não petista. Uma variável que pode servir como complemento à questão da escolaridade refere-se à renda destes eleitores, que se verifica no Gráfico 2.

Gráfico 2- Renda dos eleitores não petistas (%)



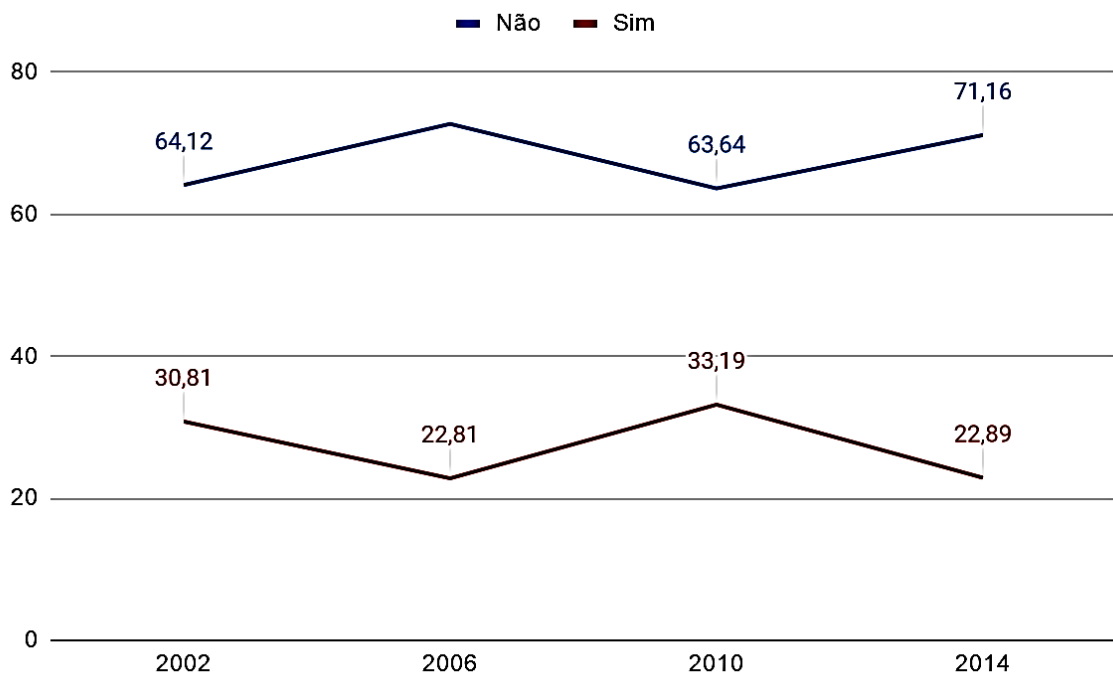
Fonte: ESEB (2002-2014)

Chama a atenção neste gráfico a aguda e constante ascensão dos percentuais de eleitores não petistas que recebem entre 2 e 5 salários-mínimos, que é justamente a faixa intermediária que separa os dois níveis menores e os dois níveis maiores de renda. Entre os mais pobres, que recebiam até 1 salário-mínimo, temos uma queda de percentual de eleitores de candidaturas não petistas; na faixa entre 1 e 2 salários-mínimos, ocorreu um leve crescimento; nas rendas mais altas, verificam-se também quedas de percentual de não petistas, especialmente a partir de 2006. No que concerne a esta variável em 2014, temos mais uma vez, a exemplo da escolaridade, a confirmação da significância estatística, com valor 0,000 e Exp (B) DE 1,43. Além do perfil de

⁵ As variáveis apresentam significância estatística quando apresentam coeficiente de significância abaixo de 0,05. O valor Exp B indica a chance de variação na variável dependente quando a variável independente aumenta em uma unidade. Neste último, o sinal positivo ou negativo indica se esta chance é aumentada ou diminuída.

escolaridade e de renda destes eleitores, é interessante também examinar que perspectivas eles nutrem em relação às instituições e à democracia no país, a despeito de termos a consciência da heterogeneidade interna existente nesse eleitorado. Ainda assim, é fundamental buscar a compreensão a respeito de como o eleitor que não votou no PT se relaciona com a democracia. Inicia-se com o Gráfico 3 apresentando os dados de identificação partidária.

Gráfico 3- Identificação partidária dos eleitores não petistas (%)

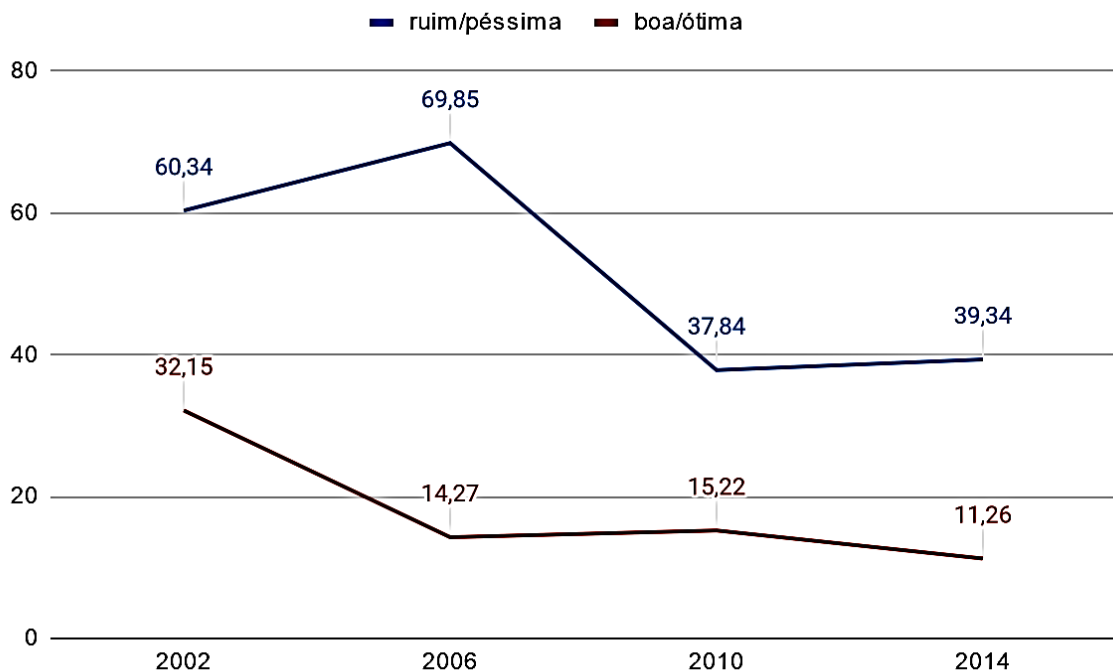


Fonte: ESEB (2002-2014)

É possível notar que o eleitorado de candidaturas não petistas é predominantemente composto por indivíduos não identificados com partidos políticos. Cabe ressaltar que a identificação partidária nunca foi uma característica marcante do eleitorado brasileiro de modo geral, algo empiricamente verificado por autores como Kinzo (2005) e ainda assim, o PT tem sido o líder de identificação partidária entre os brasileiros, como indicam pesquisas anteriormente realizadas (SAMUELS, 2008). Portanto, não surpreende que entre os eleitores que não votaram no PT, não haja predominância de sujeitos identificados com partidos políticos. Entretanto, cabe destacar ainda que no modelo de regressão logística adotado para o ano de 2014, esta variável não apresentou poder explicativo para a escolha de não votar no PT: a significância aqui encontrada foi de 0,107. Isso sugere a adoção de certa cautela ao se relacionar a não identificação partidária com o voto não petista. Além da identificação com

partidos, é necessário compreender que tipo de avaliação o eleitorado em questão faz dos partidos políticos brasileiros. É o que segue com o Gráfico 4.

Gráfico 4- Avaliação dos partidos pelos eleitores não petistas (%)

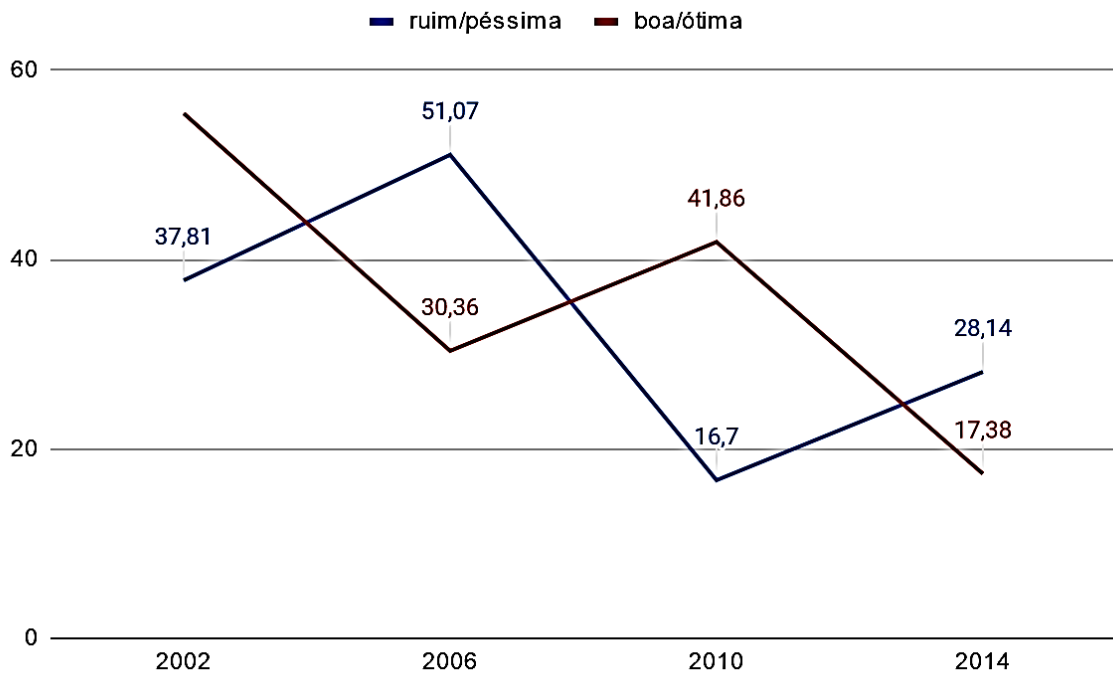


Fonte: ESEB (2002-2014)

Os percentuais de avaliação boa ou ótima, que não chegam a ser altos, apresentam declínio significativo ao longo dos últimos anos; passam de cerca de 32% em 2002 para 11% em 2014. Ao mesmo tempo, e de forma até surpreendente se considerarmos o pesado discurso antipartidário ainda mais carregado a partir das manifestações de junho de 2013, inclusive em setores da imprensa, ocorre também um declínio de avaliação da atuação dos partidos como ruim ou péssima. Cabe enfatizar, porém, que enquanto o pico de má avaliação ocorre em 2006, em ambiente ainda marcado pelo mensalão, e a queda mais abrupta, no ano de 2010, se dá em um cenário econômico bastante favorável, o que também contribui para uma melhor avaliação do contexto institucional de forma geral. Do ponto de vista do modelo estatístico adotado para 2014, esta variável também não apresentou poder explicativo, apresentando significância de 0,943. Isto é, a avaliação dos partidos políticos não incide necessariamente na escolha de candidaturas não petistas. Outra dimensão para verificar a relação que os eleitores de

candidaturas não petistas apresentam com as instituições, refere-se à avaliação do poder executivo, mais especificamente, do governo federal. Os dados são ilustrados pelo Gráfico 5.

Gráfico 5- Avaliação do governo federal pelos eleitores não petistas (%)



Fonte: ESEB (2002-2014)

A tendência geral de queda nas posições de avaliação ruim/péssima e boa/ótima repete-se para a atuação do governo federal. Porém, cabe salientar que no período entre 2010 e 2014, cujo interregno engloba a aguda crise institucional ocorrida a partir de 2013, apresenta uma queda forte de avaliação boa/ótima, de 41,86% para apenas 17,38%, e de subida considerável da categoria ruim/péssima, de 16,7% para 28,14%. Isto é, o eleitor de candidaturas não petistas apresenta-se, sim, bastante insatisfeito com o governo federal, especialmente a partir de 2013, o que também pode indicar a radicalização ocorrida desde então, e que veio a desembocar na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. O modelo estatístico para 2014, com significância de 0,000 e Exp (B) de 1,34 confirma que a avaliação do governo federal surge como aspecto fundamental de análise da escolha por outras candidaturas, que não a do PT; isso segue uma certa lógica de avaliação retrospectiva dos governos: à medida que aumenta a insatisfação, aumenta a possibilidade de votar em outros partidos, que não aquele que está no poder. Outra variável que

pode contribuir para o entendimento do quebra-cabeças que tem levado à escolha por candidaturas não-petistas remete à autopercepção acerca da condição econômica do país. Esta questão somente aparece nos anos de 2010 e 2014, e os resultados seguem na tabela 1:

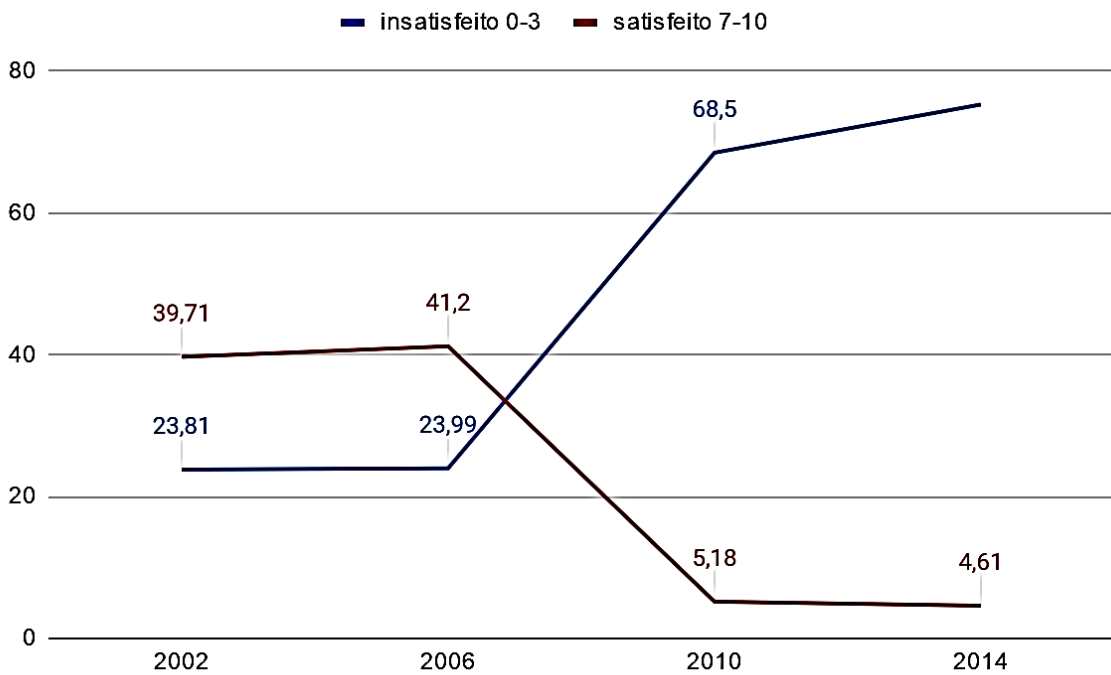
Tabela 1- Autopercepção sobre a situação econômica do país (%)

	2010	2014
Melhor	47,36	16,81
Igual	43,66	45,47
Pior	6,66	36,21

Fonte: ESEB (2010-2014)

Do ponto de vista econômico, ocorre uma mudança significativa da percepção dos eleitores não petistas entre 2010 e 2014. Enquanto em 2010 quase 50% consideravam que a economia do país estava numa situação melhor do que 4 anos antes, cerca de 43% afirmavam que estava igual e apenas 7% percebiam piora, no ano de 2014 apenas 17% percebiam melhora, 45% consideravam que a situação econômica do país estava igual, e 36% afirmavam ter havido uma piora. Desse modo, especialmente em 2014, parece existir um forte impacto da questão econômica, que não era perceptível na eleição anterior. O modelo de regressão logística aplicado ao ano de 2014 corrobora essa constatação, com significância 0,000 e Exp (B) 1,26: aumentando a sensação de piora na economia, aumenta a probabilidade de voto em candidaturas não petistas. Um outro ponto que pode ajudar a compreender a ascensão de Bolsonaro refere-se à questão da segurança pública, para a qual o então candidato e atual presidente apresentava um discurso de atuação forte, com promessas de endurecimento na força de combate ao crime, da legislação penal. O Gráfico 6 mostra se essa questão oferece pistas claras para entender este eleitorado não petista (reforçando, mais uma vez, que dentro deste eleitorado há uma heterogeneidade ampla que engloba inclusive eleitores de candidaturas progressistas).

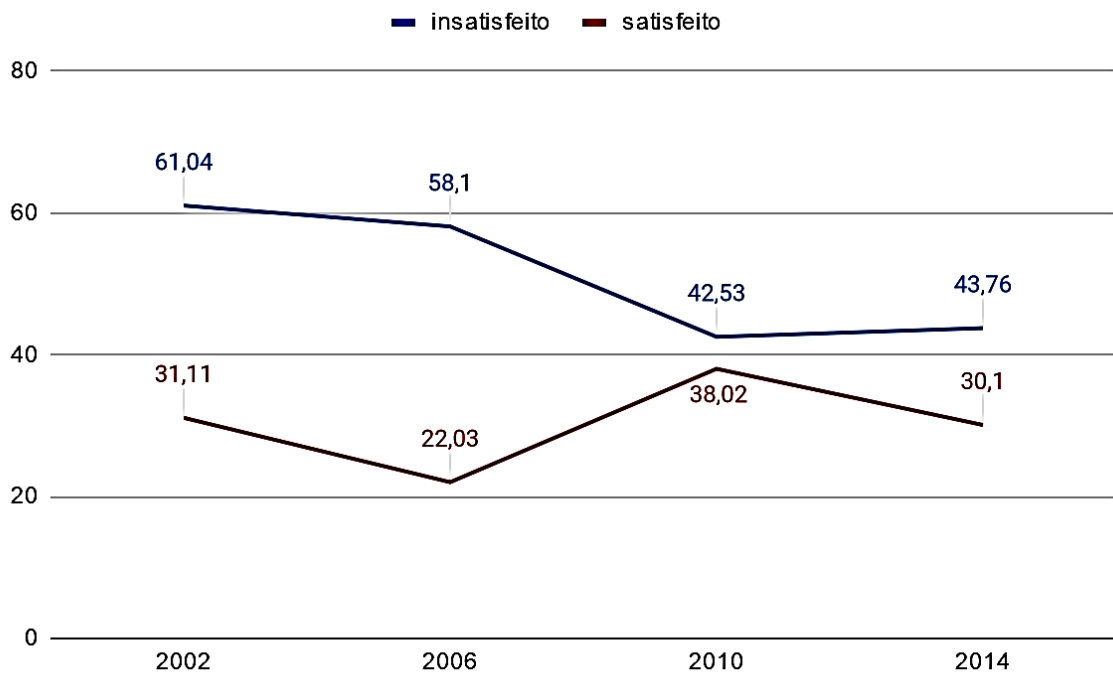
Gráfico 6- Satisfação com o combate ao crime entre os eleitores não petistas (%)



Fonte: ESEB (2002-2014)

Os dados acima apresentados parecem bastante incisivos de um ponto de vista descritivo: especialmente a partir de 2006, ocorre um forte movimento de insatisfação dos eleitores não petistas com o combate ao crime: os insatisfeitos partem da casa dos 23% para quase 80%; já os satisfeitos caem de cerca de 40% para apenas cerca de 5%. Esse parece ser um ponto importante para se entender o que posteriormente resultou na eleição de Bolsonaro, uma vez que sua campanha explorou de maneira muito marcada a questão da insegurança das pessoas em relação à criminalidade no país. Entretanto, cabe enfatizar que do ponto de vista da significância estatística, a variável não apresenta valor explicativo dentro do modelo adotado para o ano de 2014, com coeficiente 0,07. Isto significa que, apesar de manifestar-se essa diferença importante nas respostas dentro da variável, existem outros fatores explicativos mais relevantes que os relativos à satisfação com o combate à criminalidade: talvez esta insatisfação seja mais resultado de uma série de características deste eleitor do que propriamente um motivador da escolha pelas candidaturas não petistas. Por fim, um ponto crucial e de preocupação permanente surge no Gráfico 7: o estado da democracia no país. A insatisfação com o regime democrático pode efetivamente se configurar como ponto para o entendimento do momento atual? É o que se examina com os dados abaixo.

Gráfico 7- Satisfação com a democracia entre os eleitores não petistas (%)



Fonte: ESEB (2002-2014)

Apesar de haver uma predominância de insatisfeitos com a democracia entre os eleitores de candidaturas não petistas, os percentuais acima apresentam queda da insatisfação, combinada com flutuação entre os satisfeitos. É notória a queda no percentual de insatisfeitos, de 2002 para 2014 a queda é de mais ou menos 20% dos eleitores não petistas. Isso mostra que mesmo com o partido contrário no poder, ele poderia manter uma satisfação positiva da população em relação ao governo de sua época. Pelo menos até 2014, o regime democrático encontrava-se em situação, senão confortável, no mínimo administrável. É claro que após aquelas eleições ainda ocorrem desdobramentos que corroeram ainda mais as instituições: o impeachment de Dilma, a estagnação econômica, e a eleição de um presidente com discurso anti-institucional, que muitas vezes entra em choque com os outros poderes e a própria imprensa, que é um dos pilares fundamentais de sustentação de uma poliarquia. Além disso, vale salientar que a satisfação com a democracia surge como elemento estatisticamente significativo no modelo de regressão logística adotado para 2014, com coeficiente 0,000 e $\text{Exp}(B)$ 1,17, indicando que quanto maior a insatisfação com o funcionamento do regime, maior era a probabilidade de opção pelas candidaturas não petistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou a compreensão das características dos eleitores não petistas nas eleições presidenciais brasileiras entre os anos de 2002-2014. Primeiramente, apresentou-se conceitos sobre democracia e cultura política e como cada conceito pode servir como uma espécie de chave para entender o contexto político no Brasil. Dessa forma, partiu-se do princípio de que as opiniões, percepções, atitudes, crenças e descrenças dos indivíduos possuem relevo fundamental, e com isso, torna-se interessante adicionar tal característica para um melhor entendimento das escolhas dos eleitores e do cenário político nacional. Posteriormente, apresentou-se uma contextualização das eleições presidenciais entre os anos de 1989 e 2018, esclarecendo o ambiente político que vai se configurando e reconfigurando ao longo desse período.

No que se refere aos dados apresentados no artigo, observamos que ao longo do tempo, os eleitores não petistas apresentam uma queda nos percentuais que dizem respeito às escolaridades mais baixas e um aumento significativo no que tange escolaridades de nível médio e superior. Ironicamente, talvez, este aumento na escolaridade dos eleitores não petistas ao longo do tempo pode ser reflexo de políticas públicas de educação que o governo PT implantou na época como PROJOVEM que foi implantado em 2005 junto à Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) (MEC, 2005). Em resumo: o perfil eleitor não petista, ao longo do tempo, tem manifestado como característica um aumento de sua escolaridade. No que tange à renda, percebeu-se uma elevação substantiva do percentual daqueles com renda entre 2 e 5 salários-mínimos entre os eleitores de candidaturas não petistas, em comparação com as outras faixas salariais.

A respeito dos partidos políticos, o eleitor de candidaturas não petistas apresenta-se predominantemente como não identificado e insatisfeito. Isso remete a indícios já encontrados em outras pesquisas, que mostraram que a identificação partidária nunca foi uma característica marcante do eleitorado brasileiro (KINZO, 2005) além de que o próprio PT tem sido o líder de identificação partidária entre os brasileiros (SAMUELS, 2008).

Outro fator muito importante mostrado nos dados empíricos refere-se à avaliação do governo federal pelos eleitores não petistas, nos mostra claramente que há uma parcela cada vez maior do eleitorado não petista insatisfeito, e isso aconteceu com mais ênfase após as manifestações de 2013. Tal insatisfação combina-se também com um aumento importante de percepção de piora da situação econômica do país e de insatisfação com o combate ao crime, o que gerou um contexto bastante propício a discursos de antipolítica e de endurecimento do trato

da criminalidade, com características mais autoritárias, que foram sendo gestados ao longo dos últimos anos e culminaram na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. No que concerne à satisfação com a democracia entre os eleitores não petistas, percebe-se que há uma predominância de insatisfeito, mas ainda assim os dados mostram uma queda no número de insatisfeitos e uma flutuação entre os satisfeitos.

No que diz respeito ao modelo de regressão logística proposto no artigo, os coeficientes sugerem que se deve prestar maior atenção às variáveis de escolaridade, renda, avaliação do governo federal, percepção da situação econômica do país, e satisfação com a democracia. Estes foram os fatores que apresentaram efetivamente significância estatística dentro do modelo de análise.

Com as observações aqui trazidas, é possível perceber que mesmo com uma insatisfação destacada com eleitores não petistas em relação ao âmbito da segurança pública, satisfação com o governo federal e satisfação com democracia, pode-se criar uma linha do tempo e entender como um discurso de extrema direita ganhou as eleições posteriores em 2018, quando Jair Bolsonaro (PSL), ex-militar e com um vice presidente militar General Hamilton Mourão, foi eleito levando um discurso ferrenho sobre armamento da população brasileira como um “combate” a criminalidade, recheado de várias críticas ao governo petista (e à “política tradicional” de forma geral) e de afirmações de que acabaria com a corrupção do Brasil. De modo geral, o Brasil ainda tem uma democracia muito nova, ainda temos aquele sentimento de “paternalismo” vindo da ditadura civil/militar, quando se espera um salvador da pátria, um homem viril que seja a personificação do “correto”, um homem militar, mesmo que para isso boa parte da população renuncie ao seu Estado democrático de direito sem nem ao menos saber o que isso significa.

REFERÊNCIAS

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**. Boston: Little Brown, 1965.

AMARAL, O.; RIBEIRO, P. F. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 56, 2015, p. 107-123.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Os Presidentes e a República**: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. 4. ed. revista e ampliada. - Rio de Janeiro: O Arquivo, 2009. 218 p., il., 21 cm.

BAQUERO, M. 2007. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, p. 231-259.

BAQUERO, M.; CASTRO, H.; RANINCHESKI, S. (Des)confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 32, jan./abr. 2016.

BAQUERO, M.; GONZÁLEZ, R. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, 2011.

BORBA, F. Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 21, n. 2, agosto, p. 268-295, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Universidade para Todos**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/prouni/index.php?option=com_content&task=view&id=124&Itemid=140

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e/

GAZETA DO POVO. **Resultados das eleições 2018**. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/>. Acesso em: 03/01/2020.

GAZETA DO POVO. **Resultados de todas as eleições presidenciais desde 1989**. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/resultados-eleicoes-presidenciais-desde-1989/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

GOMES, M.; AQUINO, J. Violência e satisfação com a democracia no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, n. 1, jan./abr. 2018.

KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 20, 2005. p. 65-90.

KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. (org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP. 2010.

MISHLER, W.; ROSE, R. Political Support for Incomplete Democracies: Realist vs. Idealist Theories and Measures. **International Political Science Review**, v. 22, n. 4, p. 303-320, 2001.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia**. São Paulo: Ática, 1995.

MORLINO, L. Legados autoritários, política do passado e qualidade da democracia na Europa do Sul. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 261-294.

PORTAL MEC. **Presidente Lula lança o Projovem**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/1708-sp-86950697>. Acesso em 28 abr. 2020.

POWER, T.; JAMISON, G. Political Mistrust in Latin America. **Comparative Sociology**, v. 4, n. 1-2, 2005, p. 55-80.

RUBIM, A.; COLLING, L. Mídia, cultura e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo. **Comunicação e Política**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2005. p. 1-41.

SAMUELS, D. A evolução do petismo (2002-2008). **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, 2008, p. 302-318.

TATAGIBA, L.; GALVÃO; A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 63-96.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resultado das Eleições. Disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/eleicoes/resultado-das-eleicoes>. Acesso em 03 jan. 2020.